

As rápidas mudanças do cenário econômico

Qual o cenário econômico que se vai configurando espontaneamente, digamos assim, a despeito das veleidades dos arquitetos do Plano Cruzado de controlarem rigorosamente o comportamento do organismo econômico nacional?

23 OUT 1986

Essa pergunta tem cabimento diante dos inúmeros fenômenos econômicos que vêm sendo noticiados diariamente, ocorridos tanto no plano nacional quanto no internacional, na aparência independentes e dispersos, mas na realidade inextricavelmente relacionados, para desespero dos que sonham com uma economia brasileira não-alinhada, rigorosamente soberana...

Começemos com o que está acontecendo no plano internacional, no qual estamos inexoravelmente inseridos.

Conforme dizia ontem um artigo do The Wall Street Journal, republicado aqui pela Gazeta Mercantil, "a crise da dívida deixou de ser a ameaça número um à economia mundial, sendo agora substituída pelas crescentes distorções causadas pelo enorme déficit comercial dos Estados Unidos e pelos enormes superávits do Japão e Alemanha Ocidental".

Embora concordando com o articulista, Art Pine, nas linhas gerais, teríamos colocado a questão do outro modo. Diríamos que ao lado da crise da dívida surgiu um outro ponderável motivo de apreensões, representado pelo desbalanceamento comercial entre os Estados Unidos e seus mais poderosos parceiros.

Esse desbalanceamento não pode continuar aumentando ad infinitum e, para que o leitor compreenda por que ele se torna motivo de apreensões, digamos que só pode ser resolvido de duas maneiras: a maneira administrada, por uma ação combinada e coordenada dos governos dos principais países envolvidos; ou a maneira natural.

A solução natural é esse desbalanceamento ir fazendo crescer também a falta de confiança na moeda americana, o dólar, de modo que seu desgaste resulte na diminuição das importações e no crescimento das exportações americanas. O problema é que, ao mesmo tempo, a desvalorização do dólar obrigaria a Reserva Federal americana a aumentar as taxas de juros internas para continuar atraindo capitais externos que financiassem o déficit fiscal do Tesouro americano. E a elevação dos juros inibe os investimentos, portanto reduz o ritmo de crescimento econômico, provocando desemprego interno e inflação.

A maneira administrada de lidar com essa situação seria os governos do Japão e da Alemanha estimularem suas respectivas economias internas que, deste modo, passariam a comprar mais dos EUA e vender menos para ele, conduzindo eventualmente ao reequilíbrio que se pretende.

Essa seria a solução melhor para nós brasileiros, porque facilitaria um aumento global das nossas exportações sem encarecer o serviço da nossa dívida. A outra solução seria altamente perturbadora para nossas finanças externas, porque produziria exatamente o contrário: redução das exportações e aumento do serviço da dívida. Não sabemos o que vai acontecer, mas a falta de entendimento entre aquelas potências econômicas mundiais e de coordenação das suas políticas, a tendência provável é na direção da solução natural.

Olhemos, agora, o plano interno. Em toda a parte, em todos os setores, o que se observa é uma explosão violenta do consumo e uma incapacidade, crescentemente notória, de a indústria ou de as importações aliviarem a pressão da demanda. De certa forma a economia brasileira vive — guardadas as proporções — drama semelhante ao da economia americana: estamos consumindo, ou querendo consumir, mais do que somos capazes de produzir e também temos um colossal déficit público interno a reduzir nossas disponibilidades para investimentos. A diferença é que não podemos nem sequer criar, quanto mais acumular, um déficit comercial externo, o que impõe um limite às nossas importações.

Isso que está acontecendo no Brasil, diga-se de passagem, é um fenômeno saudável, que mostra a pujança e vitalidade da economia brasileira como um todo, e a avidez do seu mercado consumidor. Ao contrário do que pensam os intelectuais de esquerda, e confirmando a famosa frase de Joãozinho Trinta, pobre gosta de luxo, agora consumir e bastou ter um mínimo de aumento do poder aquisitivo para arrebentar praticamente com as estruturas de produção que há menos de dois anos todos os analistas acreditavam superdimensionadas.

Fenômeno saudável, dizíamos, mas que nem por isso deixa de criar um problema. Um bom problema, digamos assim.

Um bom problema, todavia, não deixa de ser um problema, que pode transformar-se em crise. E dá mesma maneira como está ocorrendo na área internacional, o problema interno pode ter uma solução administrada, ou uma solução natural. A solução natural, o leitor deve convir, é disruptiva, no sentido de que reintroduz a inflação alta (real, e não oficial), portanto reduz novamente a renda real e nos conduz de novo para uma recessão, além de elevar, durante todo o tempo, os níveis de insatisfação e irritação do público, com todas as consequências políticas. A solução administrada, e inteligente, não é como estão propondo, aumentar impostos — isto aí só amplia o consumo e os desperdícios do governo —, é estimular e incentivar a poupança voluntária do público, liberar e desregulamentar todas as formas de aplicação dessa poupança, com o mínimo possível de interferência governamental e, ainda, procurar atrair do Exterior todas as formas de investimento possíveis. Na verdade, portanto, e paradoxalmente, a solução administrada é justamente reduzir a administração e liberar as forças do mercado, internas e externas, para que elas próprias, com a sensibilidade e o dinamismo que as caracteriza, procurem as maneiras mais rápidas e eficazes de atender à demanda existente e insatisfeita.

É claro que o governo ainda precisará de dinheiro para investimentos públicos e redução do seu déficit. Mas isso virá do aumento natural de arrecadação propiciado pela expansão econômica e dinamização das atividades privadas. O importante, no momento, é uma sinalização positiva, firme e inequívoca de que a livre empresa, nacional e estrangeira, está com sinal verde para fazer o trabalho que sabe fazer, ou seja, atender ao mercado. E podemos lembrar que o mercado de ações, com suas inúmeras modalidades de aplicação, é o mais eficaz instrumento de captação rápida e investimento eficiente da poupança pessoal. Reestimulá-lo fortemente e prestigiá-lo é a maneira de viabilizar duas necessidades imediatas: moderar o consumo e obter recursos para investimento. Ou seja, é a alavanca para o ministro Funaro conseguir o que deseja: superar o estrangulamento do abastecimento sem sacrificar o povo.